

**PEDAGOGIA DO MEDO, DESAPARECIMENTO E TESTEMUNHO EM
SOBRE O QUE NÃO FALAMOS, DE ANA CRISTINA BRAGA MARTES¹**

**PEDAGOGY OF FEAR, DISAPPEARANCE AND TESTIMONY IN *SOBRE O
QUE NÃO FALAMOS* BY ANA CRISTINA BRAGA MARTES**

Tamara dos Santos²

UFRGS

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o romance *Sobre o que não falamos* (2023), de Ana Martins Braga Martes, a partir de três eixos temáticos: a pedagogia do medo, o desaparecimento e o testemunho. A narrativa explora a infância de uma sobrevivente da ditadura que precisa lidar com a memória de seus pais e resgatar a própria história, que é silenciada pelos avós, com quem vive. Durante a transição da infância para a adolescência, a narradora-protagonista Clara assume a responsabilidade de contar sua versão e oferecer um contraponto à versão oficial da história, escrita pelos agentes do poder ditatorial. Para isso, ouve os vizinhos, que narram outras versões sobre o que ocorreu com seus pais. Para a análise, os conceitos abordados incluem os agentes do poder e o desaparecimento, de Pilar Calveiro (2013) e o testemunho, de Márcio Seligmann-Silva (2003, 2023). Como conclusão, o romance oferece uma elaboração literária sobre o silêncio institucional da coletividade, que faz parte de um projeto de políticas de apagamento e esquecimento visando evitar que os culpados sejam devidamente responsabilizados.

Palavras-chave: literatura e ditadura; ditadura militar brasileira; testemunho; pedagogia do medo; desaparecimento.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the novel *Sobre o que não falamos* (2023), by Ana Martins Braga Martes, based on three thematic axes: the pedagogy of fear, disappearance and testimony. The narrative deals with the childhood of a survivor of the dictatorship who has to deal with the memory of her parents and recover her own story, which is silenced by her grandparents, with whom she lives. Through the passage between childhood and adolescence, the narrator-protagonist Clara takes on the responsibility of narrating her version and offering a counterpoint to the official version of history, written by the agents of dictatorial power. To do this, she listens to her neighbors, who tell other versions of what happened to her parents. For the analysis, among the concepts covered are power agents and disappearance, by Pilar Calveiro (2013) and testimony, by Márcio Seligmann-Silva (2003, 2023). In conclusion, the novel offers a literary elaboration on the institutional silence of the community, which is part of a project of erasure and forgetting policies so that the guilty are not properly held accountable.

Keywords: literature and dictatorship; Brazilian military dictatorship; testimony; pedagogy of fear; disappearance.

¹O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

²Doutoranda em Letras no Programa de Pós-Graduação em Letras UFRGS. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: tamaralettras9@gmail.com.

Recebido em 26 de junho de 2024.

Aprovado em 19 de novembro de 2024.

Introdução

A partir da análise dos narradores na literatura brasileira contemporânea, Jaime Ginzburg (2012) destaca a emergência de narradores historicamente ignorados ou silenciados que assumem suas vozes e apresentam perspectivas renovadoras, em afastamento das tradições conservadoras. *Sobre o que não falamos* (2023), segundo livro de Ana Cristina Braga Martes, tem como narradora-protagonista uma menina pré-adolescente chamada Clara, que está em sintonia com novas perspectivas. Em busca de sua origem, a jovem procura entender quem são seus pais e onde eles estão, já que seus avôs mantinham um grande silêncio a respeito. Por isso, a menina empreende uma pesquisa na vizinhança, em uma vila no interior de uma pequena cidade, e investiga os rastros de uma história omitida por todos à sua volta. Ela descobre que seus pais estavam mortos apenas quando Cecília/Cegonha, sua colega de escola, mostra um recorte de jornal em que foi noticiada a morte de sua mãe, que supostamente fora assassinada pelo seu pai. Assim, Clara inicia uma busca pela verdade e descobre que existe outra versão sobre a morte de seus pais, contada pelos vizinhos. Segundo essa versão, os militares possivelmente haviam assassinado sua mãe e feito desaparecer o corpo de seu pai., pois ambos eram atuantes no sindicato da cidade.

A narrativa apresenta diferentes versões de uma história que alude indiretamente à repressão do regime militar, deformada pela perspectiva infantil da protagonista, em uma jornada na qual a personagem vai amadurecendo perante os acontecimentos. Em certo sentido, Martes elabora a questão da ditadura, do trauma e do testemunho em perspectiva análoga ao livro *Nem tudo é silêncio* (2010), de Sônia Bischain, no que se refere à ditadura na periferia, e ao romance *O corpo interminável* (2019), de Cláudia Lage, no que se refere a retratar a infância de filhos de desaparecidos políticos. Nesse sentido, o romance *Sobre o que não falamos* será analisado a partir dos seguintes eixos temáticos: a pedagogia do medo, o desaparecimento e o testemunho.

1. Pedagogia do medo como meio de repressão

A perspectiva infantil da narradora faz com que, durante a leitura, o acesso às

personagens seja indireto e parcial. Nesse sentido, embora de modo indireto, ficam evidentes os tentáculos do poder, que reprimem as vontades individuais e coletivas. Para Pilar Calveiro, “O poder, a um só tempo individualizante e totalitário, [...] é, antes de tudo, um multifacetado mecanismo de poder” (Calveiro, 2013, p.37), que é exercido pela instituição militar, segmentada em aparelhos de exercício do poder. Para que os agentes do poder controlem efetivamente a população, há a propagação do medo a partir da violência, que limita as interações sociais a poucas pessoas e elimina ameaças à hegemonia.

Assim, para a pesquisadora, o núcleo duro do poder pode ser entendido em duas facetas, a parte mostrada, que engloba os símbolos apresentáveis, como “os uniformes, o discurso rígido e autoritário dos militares, os frios comunicados difundidos pelas redes de rádio e televisão” (Calveiro, 2013, p.37) e a parte vergonhosa, que implica “controle ilícito de correspondências e vidas privadas, no assassinato político, nas práticas de tortura, nas negociatas, na corrupção” (Calveiro, 2013, p.38). Cada uma das partes compreende práticas de repressão específicas que, em conjunto, configuram uma pedagogia do medo, com a finalidade de manter o medo constante nas pessoas.

Em *Sobre o que não falamos*, há vários aspectos que aludem à ditadura, como no ambiente escolar, no espaço público, na propagação de notícias nos jornais e na televisão. No capítulo “Jogo de gente grande”, há a presença dos militares na escola, referida por elementos como os uniformes verdes, a imagem do presidente, as insígnias militares e a atmosfera de austeridade, como é possível observar na conversa em que a diretora confronta Clara em relação à prova de redação que fora escrita por ela para seu vizinho pela menina:

Atrás dela, o retrato emoldurado do presidente da república pregado na parede. O quepe, as medalhas, o uniforme cor de azeitona. O que mais tem essa cor? Plantas e folhagens, a farda do soldado que vai para a guerra, o canhão que desfila no fim da parada de Sete de Setembro na frente dos meninos do Tiro de Guerra. [...] Quase fiz o nome-do-pai sem querer, olhando para aquele homem (Martes, 2023, p.129).

Assim, o temor de Clara quando olha para o retrato do presidente militar e sente necessidade de proteger-se, ao recorrer ao sinal da cruz, é um indício da presença militar em diferentes âmbitos da vida, inclusive nos escolares. Nesse sentido, cabe retomar as práticas educacionais recorrentes do período ditatorial, como a disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC), presente nos currículos escolares de todos os níveis de ensino de

1969 a 1993. Para Rodrigo Patto Sá Motta (2018), a EMC agia para educar “não só os jovens como também as crianças, e por pretender intervenção mais aguda na formação dos valores das novas gerações” (Motta, 2018, p.97) por meio do patriotismo, da religiosidade e do anticomunismo. Cantar o hino e fazer o juramento à bandeira era uma prática recorrente no período, que é retomado na seguinte passagem: “A inspetora, sempre de cara amarrada, cantava alto para dar o exemplo e ser imitada: *Parabéns, ó brasileiro/ Já, com garbo juvenil/ Do universo entre as nações/ Resplandece a do Brasil*. A menina na minha frente cochichou: ridículo” (Martes, 2023, p.119, grifos da autora). Dessa maneira, percebe-se que, embora as normas sejam observadas, elas não são levadas completamente a sério por todos os estudantes, como a menina que sussurra em oposição aos comportamentos da inspetora.

Outro símbolo é o nome da escola, que faz homenagem a um militar, o “Grupo Escolar Coronel Adelino Ribeiro Gonçalves de Lima, a primeira coisa que aprendi a escrever depois do meu nome” (Martes, 2023, p.118). Para Cunha (2014, p.368), tais práticas de controle da população desde a escola eram uma tentativa de reverter a “queda nos padrões de comportamento social” promovida pelo comunismo e promover o saneamento moral da sociedade, que era uma “condição indispensável para o desenvolvimento” do país.

Fora do ambiente escolar, há a presença dos militares no espaço público, que marca sua onipresença na Vila: “Militares, botas, coturno, homens fardados que andam a cavalo, soltados segurando cães policiais atentos e farejadores, isso tudo eu já tinha visto, mas não me lembrava muito bem, era muito pequena”. (Martes, 2023, p.121). Há também uma sensação ruim, aparentemente inexplicável, quando Clara vê alguns militares na rua:

Cadeia, soldados, homens de farda me faziam sentir culpada por um crime grave, que eu não sabia qual era e que eu não havia cometido. Em frente à delegacia, eu nem passava na mesma calçada, abaixava a cabeça diante do capitão de polícia, tinha que pedir benção e chamar de padrinho. Homens fardados me deixavam aflita, que nem as palavras que apareciam escritas no muro e que eu não conseguia entender. Eu odiava ver, na cintura daquele homem, o cassetete pendurado num lado, o coldre no outro, e as alcinhas cheias de bala para todo mundo ver. (Martes, 2023, p.22-23)

A partir do trecho, é possível perceber que os aparelhos militares estavam espalhados nas esferas mais mundanas do cotidiano na Vila, em associação à repressão dos levantes populares, para deter qualquer atividade considerada “suspeita” e defender

os moradores da perigosa “subversão comunista”. Nesse sentido, pode-se observar a pedagogia do medo em operação desde a infância, ao reforçar os símbolos dos militares, que obrigam as pessoas a viverem de acordo com a cartilha dos valores selecionados pela cúpula da ditadura, “valores tradicionais e conservadores, como defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos e tradições, seus vultos históricos, assim como a preservação da moral e da religiosidade cristãs (incluindo a família)” (Motta, 2018, p.98). Embora a personagem sinta aflição ao ver homens fardados, a princípio, não existia uma razão explícita para justificar seu sentimento, o que faz com que ela questione constantemente, mesmo que o avô tentasse obrigá-la a chamar o Capitão de padrinho. Com o passar da narrativa, quando Clara começa a tatear pistas sobre suas questões, novamente o muro aparece, em uma disputa simbólica:

Disso eu nunca me esqueci. No muro em frente à escola uma frase que eu li em voz alta, caprichando como um adulto, igual à voz da televisão: ABAIXO A DITADURA. Por que você falou isso desse jeito?, minha avó perguntou. Acho que é porque está escrito em vermelho e em letra de forma, respondi (Martes, 2023, p.117-118).

A procura da personagem pelo significado da palavra ditadura é grande e leva a menina a buscar dicionários para ter uma resposta, pois os adultos não respondem de um modo que ela pudesse compreender. A partir da pichação no muro, Clara lê o trecho em voz alta como se, de modo inconsciente, pressentisse que concordava com a frase. Ao mesmo tempo, existe uma disputa silenciosa entre escritas no muro, pois há o apagamento da frase em vermelho e a escrita de outra frase em cima, em tinta preta:

Desci as escadas sem olhar os degraus. No muro em frente à escola, notei duas novas pichações: VIVA OS MILITARES e MORTE AOS COMUNISTAS. Palavras escritas assim ficavam me chuchando, e estas falavam de morte. [...] As duas frases me cutucaram como se eu ainda estivesse dormindo, fiquei desentendida, tinha que saber, chegar perto, e mais perto, cada vez mais. Elas não poderiam ter sido escritas durante a madrugada, pois não estavam ali quando entrei na escola. Mas agora dava para perceber que alguém tinha passado uma tinta branca em cima de ABAIXO A DITADURA, e depois, em cima da tinta branca, escreveu as duas frases em preto, como se fosse uma guerra de palavras (Martes, 2023, p.120-121).

Através do muro, mesmo que silenciosamente, há resistência em oposição à ditadura e a resposta rápida, para que ficasse visível para todos que, com a mesma rapidez com que o muro fora pintado, qualquer iniciativa que desobedecesse seria reprimida, com o uso de meios violentos ou até mesmo com mortes. Há também a questão das mídias,

como jornal e televisão, nas quais havia um controle local para escolher quais seriam as notícias e como elas estariam escritas: “Vou te dizer uma coisa. Cuidado com o que você lê no jornal. Quem escreveu o laudo foi o Capitão e quem manda no jornal é o prefeito e o dono da rádio é puxa-saco dos dois” (Martes, 2023, p.156).

Por outro lado, há a configuração da parte vergonhosa da ditadura, utilizada para educar os moradores e demarcar limites em relação aos militares através dos exemplos. No Brasil, essa parte veio à tona a partir de 1968, a partir da promulgação do AI-5 e do endurecimento do regime militar³. Assim, a pedagogia do medo está ligada ao caráter obscuro e arbitrário da violência policial como repressão da greve dos estudantes: “Da minha cama deu para escutar minha avó encostando a cadeira na mesa: você viu que voltaram a falar de greve? Só de estudante. Será que vai começar tudo de novo?” (Martes, 2023, p.25). Embora implícito, através das vozes dos avós, fica subentendido que houve uma repressão, provavelmente violenta, de greves anteriores dos trabalhadores: “e essa história de greve de novo? Não sei não, mas o Capitão disse que por enquanto é loucura de estudante e que a Vila está protegida, se tiver passeata, greve, qualquer bagunça, ele vai botar tropa de choque na rua. (Martes, 2023, p.97).

Dessa maneira, observa-se o medo disseminado através dos assassinatos e desaparecimentos, que paralisa a ação das pessoas e propicia a desmobilização popular. Nota-se também que houve uma greve dos operários, e que existe o medo do que outra manifestação poderia provocar: “Não, não é não, operário agora está acomodado, é greve de estudante. Mas que fique lá pro lado da cidade porque se ameaçar chegar até aqui, greve de operário eles não vão tolerar” (Martes, 2023, p.59). Outro exemplo é a morte da noiva e a presença das estruturas repressivas, representadas pelo Capitão:

A vizinha continuou: muito triste, carregada pela enxurrada, dezessete anos! Caiu na água e o bueiro engoliu o corpo na mesma hora! O capitão da polícia chegou antes do carro de bombeiro, sabe o Capitão? [...] Ninguém respondeu e foi um alívio quando ela fechou a boca. Mas a mulher manteve o olhar fixo na minha avó, pedindo, dessa vez de verdade, que ela reafirmasse: não foi de propósito não, né? Escondendo a má vontade, minha avó acenou com a cabeça (Martes, 2023, p.31-32).

³ “Apesar da ditadura da direita há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. [...] Se em 1964 fora possível à direita “preservar” a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 1968, quando os estudantes e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constituem massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a cultura viva do momento” (Schwarz, 2009, p.8-10).

A reação da avó aos questionamentos da vizinha recém-chegada à Vila se relaciona ao medo do que possa acontecer caso existam discordâncias ou reivindicações à versão oficial estabelecida. Embora haja indícios que indicam um assassinato, que provavelmente fora uma ação repressiva para silenciar a vítima, pode ser interpretado como um meio de intimidação da população, como ação corretiva que educa/ estimula a população a não ultrapassar os limites estabelecidos porque quaisquer subversivos podem ter o mesmo destino.

Em outro momento, a professora aparece grávida, mas, ao contrário do que seria esperado, Clara percebe que ela não está feliz: “Toda mulher engorda quando fica grávida, mas a minha professora estava cada vez mais magra” (Martes, 2023, p.108). Embora não esteja marcado textualmente, uma das possibilidades interpretativas para a situação é a de tortura da professora, em que o estupro foi estratégia de tortura para fazer com que confessasse o que sabia. Ao mesmo tempo, a versão oficial sobre a mudança da professora para outra cidade é a seguinte: “sabia que a professora foi embora para tirar o bebê? [...] Estava com duzentos gramas, continuou, minha mãe falou que foi estupro, sabe? Contou também que ela quase morreu, mas agora a barriga deve ter murchado” (Martes, 2023, p.139).

Outro indício está na conversa que Clara tem com a diretora: “Você gosta muito dela, não, quero dizer, da sua professora? Conversavam sobre o que acontecia aqui na Vila, ela falava alguma coisa sobre greve, sindicato, conversavam sobre política?” (Martes, 2023, p.133). Nesse trecho, a diretora atua como agente da repressão, ao tentar conter a “ameaça” e descobrir se a professora havia inculcado “ideias subversivas” nas turmas em que esteve como titular, pois suas convicções eram “perigosas” e poderiam desvirtuar a ordem estabelecida e dos rígidos valores patrióticos. Quando Clara busca entender o que aconteceu, seu avô mantém o silêncio: “Vô, o senhor ficou sabendo da professora, onde ela foi morar? Ele guardou o talão na gaveta: não. Era o não entupido de quando não queriam que perguntassem mais nada” (Martes, 2023, p.136).

Em relação à morte de militantes, Eduardo, amigo do filho do açougueiro, que era um estudante da cidade que “dizia que era revolucionário, nem comunista, nem marxista” (Martes, 2023, p.154) e atuava nas causas sociais na Vila. A morte do personagem serve como ilustração do *modus operandi* como a máquina do poder funcionava em relação aos

militantes e o cerceamento das vontades individuais:

A história desse menino foi a mais terrível de todas. Morava na cidade, mas estava sempre aqui na Vila. Teve um dia que ninguém mais soube dar notícias dele. Pouco depois o retrato do Edu apareceu na televisão: “terrorista morto”, foi assim que a família ficou sabendo e a Vila toda também. (Martes, 2023, p.154)

As mortes ocorriam sem que os familiares fossem notificados e a mídia tinha o papel de informar através dos jornais e programas televisivos. Além disso, os militantes passavam a serem chamados de “terroristas” para gerar pânico moral na população e convencer as massas a colaborar como informantes sobre o paradeiro deles para evitar atentados e sequestros. Em paralelo, há a repressão dos familiares que não aceitam as mortes de seus entes queridos: “Como se isso já não fosse muito, algumas semanas depois o delegado de polícia, presta bem atenção, o de-le-ga-do atropelou o pai do Edu, um homem que nunca fez política na vida. Morreu na hora” (Martes, 2023, p.154). Para as estruturas de poder, era necessário manter a ordem e não eram medidos esforços para que fosse garantido o controle social, nem que fosse necessário assassinar à luz do dia.

Nesse sentido, os agentes do poder realizavam juízos que não levavam em consideração o real envolvimento com movimentos sociais ou a militância propriamente dita para que uma pessoa fosse assassinada, o que deixa transparecer o caráter arbitrário do poder, que poderia assassinar qualquer um que fosse percebido como ameaça à ordem estabelecida e, simultaneamente, servir de exemplo para amedrontar as comunidades.

2. “Toda a verdade é esse punhadinho” desaparecimentos na vila e suas diferentes versões

A questão do desaparecimento, que desencadeia o processo de Clara para entender o que aconteceu com seu pai, é constante ao longo da narrativa. Para Pilar Calveiro, durante a ditadura argentina, há a mobilização de um aparato governamental que é denominado de “poder desaparecedor” (Calveiro, 2013, p.48), em que “os presos eram transportados para longe dos campos, atados e amordaçados, e em seguida fuzilados; realizava-se então o enterro ou a cremação dos cadáveres, ou os corpos eram deixados em lugares públicos para simular algum tipo de confronto”, o que tirava o direito ao

processo de luto dos familiares e o direito à sepultura e à memória, no qual não havia o reconhecimento legal das mortes nem um corpo que comprovasse o óbito. Embora Calveiro tenha escrito sobre a ditadura argentina, pode-se estabelecer semelhanças entre as ditaduras latino-americanas, pois o modo como os presos políticos foram tratados e desaparecidos são relativamente parecidos.

Em relação ao desaparecimento de perseguidos políticos no Brasil, Elio Gaspari (2002, p.420) afirma que: “A ditadura fixara um padrão de conduta. Fazia prisioneiros, mas não entregava cadáveres. Jamais reconheceria que existissem. Quem morria, sumia”. Em 1969, ocorrera o marco do desaparecimento na ditadura brasileira, quando o primeiro desaparecido, codinome Jonas, sumira sem deixar rastros:

A Oban chegou a Jonas em três dias e três lances. Ele entrou na rua Tutóia no dia 27 de setembro e lá desapareceu. Virgílio Gomes da Silva foi o primeiro preso a sumir após a edição do AI-5. A partir dele alterou-se no léxico do idioma o significado da palavra desaparecido. Deixou de designar algo que se perde de vista para qualificar os cidadãos assassinados em guarnições e valhacouts militares cujos cadáveres sumiam. Do que lhe aconteceu na Tutóia restam os depoimentos de dois presos (Gaspari, 2002, p.103).

Na Argentina, os corpos dos desaparecidos⁴ eram descartados por aviões em alto mar e inexistia material para restituir às suas famílias. No Brasil, os desaparecidos eram enterrados em covas rasas, compartilhadas por várias ossadas, de modo que até hoje não é possível recuperar os corpos para fazer um enterro digno. As informações sobre os desaparecimentos dependiam dos depoimentos dos companheiros de luta ou das pessoas (familiares, amigos, vizinhos etc.) que estavam próximas no momento da abordagem ou poderiam passar despercebidas.

No romance de Martes, os desaparecimentos estão distanciados temporalmente em relação ao momento da narração e o contato com as pessoas que testemunharam os acontecimentos ocorre através das versões de quem estava próximo quando os tiros foram ouvidos na casa dos pais de Clara e ocorreu o assassinato. A partir disso, a polícia espera cinco minutos e entrou no ambiente, em que está o corpo da mãe, grávida de oito meses,

⁴ “O desaparecimento não é um eufemismo, e sim uma alusão literal: uma pessoa que a partir de determinado momento desaparece, se esfuma, sem que sobre registro de sua vida ou de sua morte. Não há corpo da vítima nem de delito. Podem existir testemunhas do sequestro e suposições do posterior assassinato, mas não de um corpo material que dê testemunho do acontecido” (Calveiro, 2013, p.39).

que acaba indo para a emergência para a retirada do bebê.

Nesse sentido, o primeiro que desaparece é o pai. A partir da reportagem que Cecília/ Cegonha mostra para a menina, são configuradas diferentes versões para o paradeiro de seus pais. O desaparecimento do pai acontece um mês antes do período previsto para seu nascimento. Para enfrentar o silêncio dos avós e a ausência de rastros sobre sua origem, “Meus avós não falavam nada sobre ela e nem sobre o meu pai, assunto proibido” (Martes, 2023, p.39), a menina/adolescente vai recuperando a história de seus pais a partir das testemunhas que eram próximas deles. Para isso, recorre à professora, ao açougueiro, à mulher do açougueiro e, por último, à avó. Os depoimentos são divergentes e vão construindo uma versão que diverge da oficial. Assim, há a recuperação das versões, que são contrastadas entre si. A primeira versão testemunhal vem da professora, que contrapõe as informações do jornal com as suas:

Foi isto o que você leu no jornal, eu sei. Mas, olha, eu estive com eles na noite anterior, eles falaram o tempo todo sobre o seu nascimento, que faltava menos de um mês. A gravidez aproximou seu pai do seu avô, sua mãe da sua avó, era bom de ver, dava vontade de ficar perto toda hora. Eles pararam de discutir, principalmente seu pai e avô, e eu nunca tinha visto seu pai tão carinhoso com sua família como naqueles meses. Por que motivo ele ia matar a sua mãe? (Martes, 2023, p.110).

A partir da conversa, Clara pode questionar o que viu no jornal, pois confiava nas palavras dela, de quem havia ganhado um retrato da mãe. Há uma ênfase no carinho e na cumplicidade entre seus familiares, portanto, fugir não faria sentido no contexto de quem convivia com eles. Isso tornava a morte da mãe e o posterior desaparecimento do pai incompreensíveis se fossem entendidos pela versão oficial, a de que o pai havia matado a mãe pois tivera uma crise de ciúmes e fugira levando uma pequena maleta com roupas. Ao final da conversa, a professora encaminha a menina para o açougueiro Ítalo Zucca, com quem seus avós se comunicam há anos. A respeito dos acontecimentos, ele também oferece seu depoimento:

Cadê meu pai então? Comecei a tirar lasquinhas da unha com o dente, enquanto esperava a resposta: ninguém sabe, seu pai é um desaparecido. Desaparecido! Esta palavra me irritou e me deu força ao mesmo tempo: ninguém desaparece! Como alguém pode desaparecer? Desaparecido é modo de falar. A polícia política escondeu ele, está preso em algum lugar. [...] O Capitão sumiu com ele, mas a ordem veio de cima (Martes, 2023, p.153-154).

Nesse depoimento, é revelado que o pai de Clara era um dos líderes sindicais e era também o responsável por fazer a segurança das reuniões, que envolviam: “Meia dúzia de operários, o médico do posto de saúde, duas freiras, umas dez, doze pessoas, sua mãe e eu” (Martes, 2023, p.110). Pelo número de pessoas, pode-se perceber que as reuniões eram relativamente pequenas e que não ofereciam um risco direto à ordem estabelecida. Ao mesmo tempo, ser um líder sindical oferecia uma margem de risco que a linha dura do regime militar decidira eliminar através da repressão. O açougueiro é o primeiro a usar a palavra desaparecido para explicar o que acontecera ao pai da menina. Ainda assim, não há uma definição de desaparecimento como morte, como se houvesse alguma chance do homem ter escapado e estar vivo ainda. Ele percebe o acontecimento como uma ação da polícia para reprimir uma greve dos funcionários das fábricas da região:

A polícia atirou na sua mãe, simulou o assassinato dela pelo seu pai porque queria sumir com ele. Ele estava ajudando a organizar uma greve aqui na Vila e a polícia mandou aviso, ia prender todo mundo, seu pai disse que não ia aceitar, que ia ter greve e continuou indo nas fábricas, falando com os operários, o sindicato cada vez mais cheio (Martes, 2023, p.156).

Para Calveiro, alguns dos modos de sumir com pessoas eram normalmente uso de sonífero nos presos, transporte em caminhões, tortura ou jogar ao mar. Outro ponto importante no sistema de tortura e desaparecimento ditatorial era a fragmentação das ações, que diminuía a responsabilidade pelos desaparecimentos através da execução mecânica e rotineira das ordens. Com a aparência de um procedimento burocrático, os desaparecimentos eram feitos por diferentes agentes, o que gerava uma “sensação de impotência que, além de desencorajar a resistência virtualmente inexistente, fortalecia a impressão de ausência de responsabilidade” (2013, p.49). Nesse sentido, o corpo do pai de Clara provavelmente havia sido levado para um cemitério clandestino ou ainda queimado e não exista qualquer resquício, especialmente se levarmos em consideração que ele estava na periferia da cidade, que era pobre e havia também a questão racial, que pode ter contribuído para o desaparecimento⁵.

⁵ “Aqui na Vila as coisas sempre foram assim. O capitão entrou no lugar do coronel que tinha aqui. O Capitão não faz o trabalho diretamente, o coronel também não fazia”. (Martes, 2023, p.156). No trecho, pode-se observar que o “poder desaparecedor” agia de modo fragmentado, em que o poder passa de mãos em mãos sem que fosse possível chegar à fonte.

Embora não tivesse o corpo, Clara pode, pela primeira vez, reconhecer a existência de seu pai e sua morte e saber que a versão oficial fora inventada rapidamente, pois a polícia apareceu na casa onde ocorreram as mortes cinco minutos depois dos disparos, como se estivessem somente esperando o tiro para limpar os cadáveres e dar um fim a eles e evitar uma investigação: “Montaram uma cena de assassinato. O revólver dele jogado no chão, encostado no corpo de sua mãe. Dois tiros na cabeça, morte cerebral. Está escrito nos autos, mas você tem que saber que nenhuma fotografia foi tirada no local, nenhuma” (Martes, 2023, p.153). Outro ponto é que as casas eram grudadas umas nas outras e os vizinhos certamente teriam ouvido o que aconteceu, o que reforça o argumento em relação à ação do “poder desaparecedor” dos militares em atuação, expressão utilizada por Calveiro sobretudo pela ditadura argentina, mas que pode ser estendida para as ditaduras latino-americanas e alude à necessidade dos testemunhos sobre os fatos para que eles possam ser lembrados.

A segunda testemunha é a mulher do açougueiro, que procura Clara na igreja e fala com a menina sobre o pai dela, em contraponto à fala do marido, em uma versão na qual o ciúme e a violência da Vila teriam justificado a morte de seus pais e a publicação no jornal:

Ela continua me olhando, agora como se quisesse esconder alguma coisa e continuou: depois montaram a farsa do jornal. Mas eu nunca acreditei. Seu pai não chegaria a esse ponto. Era agressivo, ciumento. Jovem ainda, imaturo, vinte e três anos, idealista como meu filho, da mesma idade. Mas o ponto é que, como havia precedentes e como ninguém mais se assusta com a violência desse lugar, a farsa funcionou, era crível, matar mulher por ciúmes não é coisa rara na Vila. Acho que foi por isso que as pessoas acreditaram nessa versão do jornal. Seu pai era violento mesmo, ser idealista nestas horas não livra ninguém. Sua mãe não foi a primeira nem a última (Martes, 2023, p.174-175).

Ao mesmo tempo que reconhece que o pai de Clara não teria coragem de matar a esposa, a mulher narra uma versão dúbia em que, a partir de suas expressões, nota-se certa desconfiança em relação ao pai. Em certo sentido, o fato de ser ciumento, andar com uma arma e a violência ser constante na Vila justificaria a morte dele: “Não é fácil falar isso para você, se você quer mesmo saber... Um pouco antes de engravidar sua mãe me procurou. Estava machucada, com o rosto inchado. Seu pai às vezes chegava a ser muito agressivo, muito agressivo. Se bebesse muito...” (Martes, 2023, p.174).

Depois de ouvir os depoimentos, Clara confronta a avó sobre seus pais. Em

oposição ao avô, que era conivente a respeito dos acontecimentos na noite da morte e tinha afeição pelo Capitão por ele “ter salvado” a vida da neta, a avó não acreditava na versão oficial: “Minha avó contou cada uma das versões, o que ela ouviu sobre meu pai ter sido ou não o assassino, e ficava repetindo: as histórias não batiam, as histórias não batiam, bela. E é tudo muito esquisito” (Martes, 2023, p.183).

A versão oficial não levava em consideração os relatos das testemunhas do evento, e conseguir acessá-las através dos testemunhos ajudou Clara a se entender como sobrevivente e lembrar de seu pai como vítima do “poder desaparecedor”, ainda mais depois da confirmação vinda de sua avó. Depois do confronto, a avó revela não ter contado isso para a neta antes por ela ser criança e decidiu postergar a informação para poupá-la de lidar com um fardo pesado: “Por que nunca te contei? Mas que história eu tinha pra te contar, que história eu posso te contar? A única coisa que eu sei de verdade é que a minha Bela morreu, morreu assassinada com dois tiros. Como alguém conta isso para uma criança?” (Martes, 2023, p.183).

Descobrir que o pai tinha outras características e que fora vítima das circunstâncias⁶ fora imprescindível para a menina entender o contexto em que nasceu e para ressignificar sua relação com a ancestralidade. Quando a avó confessa sua incerteza sobre o que aconteceu, isso permite que a menina possa entender sua origem a partir do que descobrira e permite que ela tenha a convicção de que deve manter o legado de seus pais.

3. “Um jogo de memória sem memória”: o testemunho e a (ir)responsabilidade coletiva

A memória e o esquecimento fazem parte da composição da autoimagem de grupos, culturas e nações. No caso brasileiro, nota-se um apagamento da memória, decorrente de traumas coletivos, que dificultam a elaboração de problemas sociais, como a violência, que são passados por gerações e dificultam o enfrentamento e a mudança na autopercepção coletiva.

A partir de Renato Janine Ribeiro, de que os dois traumas que fundaram a sociedade

⁶ “Ele foi visto como um líder, alguns achavam isso. Um rapaz apaixonado pela vida, pela sua mãe. Declamava poesia, fazia teatro, cheio de amigos... Por que ia tirar a vida dela e fugir? ” (Martes, 2023, p.184).

brasileira e que acarretaram efeitos duradouros para a sociedade são a colonização e a escravidão (Janine Ribeiro *apud* Ginzburg, 2010, p.133), Jaime Ginzburg afirma que eles não foram totalmente superados e que facilitaram a implementação da ditadura no país: “Como nosso processo histórico é marcado pelos dois traumas constitutivos, a violência exploratória colonial e a crueldade escravocrata, no Brasil os regimes autoritários tiveram, no período republicano, facilidade de instalação e permanência (Ginzburg, 2010, p.133-136). Nesse sentido, a ditadura mobilizou estruturas de poder que assassinou, torturou e desapareceu com pessoas, mas ainda há um negacionismo do passado, que insiste em ignorar as violências cometidas pelo Estado e as versões das vítimas, das famílias e dos sobreviventes, em uma naturalização da barbárie:

O apagamento da memória coletiva das referências à tortura, bem como sua banalização, potencialmente reforçam as chances de naturalizá-la e ignorar a intensidade de seu impacto. O esquecimento é, nesse sentido, uma catástrofe coletiva. A leitura de textos literários voltados para o tema pode contribuir para evitar a banalização (Ginzburg, 2010, p.149).

Nesse sentido, ainda que o romance seja uma visão reduzida aos microcosmos dos personagens, é possível observar tentativas de apagar as memórias dos assassinados e desaparecidos durante a ditadura na Vila e impossibilitar os testemunhos sobre o período ditatorial. Embora implícita, a questão emerge na percepção da avó sobre um futuro casamento da neta: “Casar para quê, minha vó interrompeu, se acontecer a mesma coisa com essa menina, *Dio mio*, juro que enlouqueço” (Martes, 2023, p.13, grifos da autora). Também no segundo capítulo, “No silêncio, o grito”, em que Clara observa pela janela da casa um caminhão que está trazendo a mudança da nova vizinha: “Um caminhão de mudanças, com a carroceria aberta e a frase “Só morre quem é esquecido” na parte de cima do para-brisa, estacionou chacoalhando o silêncio de nossa casa” (Martes, 2023, p.15).

Embora seus avós não falem a respeito dos pais, observamos a procura de Clara, motivada pela fotografia que recebe da professora, pela caixa de fotos: “Abri a gaveta do armário, fiz uma escadinha para alcançar a caixa de fotografias que eu tirava dali quando não tinha ninguém em casa. Meus avós não gostavam, mas também não proibiam” (Martes, 2023, p.40). A fotografia permite o contato com um momento distante, que vai aos poucos se apropriando da situação em que está inserida, em que há mais silêncios do

que respostas, passando do esquecimento a uma tentativa de recuperar a memória:

Um jogo de memória sem memória, porque eu não sabia quase nada sobre a minha mãe e menos ainda sobre a família dela, a não ser que eram filhos de imigrantes, dois ou três parentes no Brasil, em algum lugar longe da vila. Da família do meu pai eu não conhecia ninguém, nem tinha ideia de onde moravam, de onde tinham vindo, não sabia nada, nada. (Martes, 2023, p.40)

No entanto, a caixa de fotografias⁷ fica encharcada com uma chuva e, entre o encontro e o desencontro, a conexão é interrompida permanentemente: “A porta estava bem fechada, acendi a luz. Agarrei a caixa encharcada achando que a culpa foi minha, não tampei direito, a água entrou. As fotos meladas, manchadas, grudadas uma na outra (Martes, 2023, p.41-42). A fotografia, assim como a literatura e as artes, é um meio propício para a elaboração das narrativas sobre eventos traumáticos e colabora para o testemunho, pois permite que haja a “(re)construção de um espaço simbólico de vida” (Seligman-Silva, 2023, p.145). Por não conhecer seus pais e a impossibilidade do trabalho de elaboração psicológica, há um vazio emocional. À medida que cresce, Clara vai se apropriando de sua história e ressignifica o passado, saindo da infância para a adolescência. Isso ocorre a partir de saltos de compreensão, por exemplo, quando se depara com a imagem no jornal sobre a morte dos pais, Clara descobre que seu pai é negro e que ela, embora não lembre, é uma sobrevivente⁸: “As fotos, o rosto do meu pai, a morte da minha mãe, bebê sobrevivente! Ele preto, ela branca, eu era o quê?” (Martes, 2023, p.92).

É bastante significativo que, logo após a descoberta sobre seus pais, Clara pegue a única imagem que restou da mãe e a transforme em um colar de pano preto. Simbolicamente, ao recortar a imagem e colocá-la em um amuleto, ela alude ao pai e à

⁷ A respeito da fotografia na arte contemporânea, Seligmann-Silva (2023) a considera como uma das bases para os artistas brasileiros trabalharem com a questão da memória. A fotografia, assim como o testemunho, permite estabelecer a memória em camadas: “A inscrição do trauma também já foi comparada ao flash fotográfico. A fotografia enquanto retrato tem também um elemento corpóreo e fantasmático: o retrato fotográfico literaliza ambigüamente o aparecer e o desaparecer, a presença e a ausência, o desejo de ver e o esvanecer da imagem” (Seligmann-Silva, 2023, p.23).

⁸ Sobre o trauma: “A experiência traumática é, para Freud, aquela que não pode ser totalmente assimilada enquanto ocorre. Os exemplos de eventos traumáticos são batalhas e acidentes: o testemunho seria a narração não tanto desses fatos violentos, mas da resistência à compreensão dos mesmos. - desencontro com o real (Seligman-Silva, 2003, p.48); “Para o sobrevivente, a narração combina memória e esquecimento”. (2003, p.53)

ancestralidade negra, transformando a foto em um patuá, que une simbolicamente o pai e a mãe em um arranjo. De acordo com Seligmann-Silva (2023, p.22), patuá é “um elemento da religiosidade afro que tem valor de amuleto no candomblé”. Por outro lado, há um lado lúdico da infância, recuperado com o louva-deus guardado em um pequeno recipiente dentro da gaveta, ou ainda com a decisão de fazer o pequeno colar de pano, por acaso. Quando recorta a fotografia e confecciona um patuá em torno dela, em gesto, Clara transforma o que restou de sua história, marcada pela dor e pelo silêncio de quase dez anos, em memória e significado, tomando uma posição a partir do passado e de sua história.

A narradora-personagem reinterpreta a própria história e assume a autoria dela, afastando-se do grande apagamento que foi cultivado pela ditadura militar, pois houve uma “poderosa construção de dispositivos e políticas da memória e do esquecimento” (Seligmann-Silva, 2023, p.17) que propositalmente condenaram as lembranças de grupos militantes daquele período ao esquecimento. Em comunidades periféricas, nas quais o poder público é reduzido, os agentes do poder exerciam violências que passavam despercebidas, já que os meios de informação eram censurados. Havia uma seleção dos momentos mais adequados para integrarem a história oficial, favorecendo os militares, que, por sua vez, mantinham a mídia sob vigilância constante. Assim, a narração de Clara permite aos leitores o acesso a outra história, composta por outras versões sobre o que ocorreu durante aquele período. Embora o tempo tenha passado, a memória das vítimas não foi recuperada totalmente e ainda restam páginas em branco, conforme Zucca afirma para a menina:

Sabe o que é pior? Te garanto que, daqui a alguns anos, ninguém mais vai se lembrar de que dois ex-presidentes civis de oposição aos militares morreram no mesmo ano. Você acha suspeito? [...] Então, vamos lá, me ajuda a fazer uma conta aqui: em onze anos morreram dois ex-presidentes e um presidente em exercício, assim, do mesmo jeito, acidentalmente, acidentalmente, como pode, você acredita nisso? Você vai ver, daqui a poucos anos ninguém mais vai lembrar (Martes, 2023, p.157-158).

Nesse sentido, Martes evoca traços do silenciamento sobre o que ocorrera durante os anos de chumbo, que podem ser percebidos de outras maneiras para além da versão oficial. Quando conversa com Clara, Ítalo Zucca reclama, com revolta contida, a inexistência de diálogo público a respeito das violências e desaparecimentos que haviam ocorrido há tão pouco tempo e que pareciam não terem existido: “Esse povo aceita tudo, Deus quis assim – adoram essa expressão. Ninguém quer saber de nada, só querem

proteção da polícia e pedir favor na prefeitura” (Martes, 2023, p.155).

Para que o testemunho, conforme Seligmann-Silva o entende, seja efetivo, há a necessidade da escuta do Outro e a validação da dor do sobrevivente. Por isso, quando a comunidade age como se nada estivesse acontecendo e não reconhece e se solidariza com a dor dos outros, há uma negação da existência das vítimas e das catástrofes que foram vivenciadas por elas, bem como a negação da repressão e do “poder desaparecedor” que atingem vítimas políticas. Assim, há a fuga da responsabilidade coletiva que a comunidade deve assumir, que é necessária para o enfrentamento da dor e do luto. O oposto disso é o memoricídio, em que as pessoas, além de estarem alheias a dor do outro, como destaca Finazzi-Agrò: “Aquilo que falta, mais uma vez, é a comoção pelos corpos torturados, pelas pessoas massacradas, pela dor dos sobreviventes – aquilo que falta, enfim, é o pathos que sempre acompanha a tragédia e a sua encenação: aquela compaixão “sororal” diante dos mortos” (Finazzi-Agrò, 2014, p.181); tomam apenas as versões oficiais como verdadeiras e aceitam a edição da “história” de maneira que não haja a responsabilização pelas violências e atrocidades cometidas: “Comunistas, só dois, mas... é que essa ditadura... E tudo acabou numa tragédia, coisa horrível. Fuga, exílio, sua mãe assassinada, tudo ao mesmo tempo. E eu conto nos dedos da mão o número de pessoas que ficou do nosso lado aqui na Vila” (Martes, 2023, p.110).

O incomodo que existe para que os moradores falem sobre o que aconteceu remete à dificuldade de nomear os traumas e falar sobre eles. O silenciamento acaba resultando em adoecimento coletivo: “Se for passageiro é melhor esquecer, nem pensar muito, deixa quieto que passa. Se for duradouro, melhor calar a boca de uma vez. Então é sempre a mesma desculpa, ninguém sabe nada, não viu nada, não fala nada” (Martes, 2023, p.155).

Quando decide enfrentar o silêncio e testemunhar em relação ao caso de violência que ocorreu com Bambino e os gêmeos, Clara toma partido e enfrenta a responsabilização e o silêncio da vila: “Fui para o meu quarto me lembrando da promessa que fiz ao meu avô. Não vi nada, não vou falar nada. Pensando bem, eu não vi nada, eu ouvi (Martes, 2023, p.170, grifos da autora). Em um ato corajoso, ela faz o denodo, palavra que é o nome de um dos capítulos finais do romance, com origem no latim: “des-”, com o sentido de “afastar, retirar”, mais nodus, “nó”. Lutar com denodo é como cortar os nós que

prendiam alguma coisa ou os nós de uma árvore, que são mais duros”.⁹ Desse modo, personagem narradora procura enfrentar a situação de frente, ao ter coragem para prosseguir e retomar a voz dos mortos e desaparecidos através da reescrita da história que é feita através de sua versão dos fatos, elaborada a partir das testemunhas e se questiona sobre os silêncios dos outros:

Por que, vó? Porque o quê, bela? Por que as pessoas escondem as coisas, fingem que não sabem, inventam? Ninguém pode falar a verdade, ninguém! Nem os gêmeos, nem a senhora, o vô. [...] E quando eu pergunto a senhora fala para eu esquecer. Como eu posso esquecer uma coisa que nem sei o que é? E ficar no meio da verdade e da mentira, sendo jogada de um lado pro outro. Isso dói, fico triste toda vez que paro para pensar! (Martes, 2023, p.181).

Como sobrevivente, a tarefa necessária de Clara é o enfrentamento ao silêncio na esfera pública, para achar uma saída entre a verdade e a mentira. Para isso, ela assume a tarefa de reescrita das histórias para que seja possível narrar outras versões sobre o que aconteceu durante a ditadura, reconhecê-las publicamente e não privilegiar somente a perspectiva dos agentes do poder:

A primeira tarefa do sobrevivente então é, paradoxalmente, ir ao encontro da morte, dependendo disso o caminho para a vida. O genocídio destrói a morte e as bases da memória coletiva. Os genocidas são memoricidas que também anulam os suportes da memória coletiva: eles destroem cemitérios, inscrições, o idioma, todas as marcas. Se, como vimos anteriormente, o núcleo de nosso vínculo com o passado se articula por nossa relação com os mortos, ao destruir os espaços de memória dos ancestrais se mata também a possibilidade de sobrevivência. Assim, a tarefa do sobrevivente e de seus herdeiros passa a ser, em primeiro lugar, a luta pela restituição dos mortos. (Seligmann-Silva, 2023, p.145-146)

Embora seja um livro ficcional, a retomada de uma página da história que ainda não terminou de ser escrita, a história dos desaparecidos, especialmente para as testemunhas diretas ou indiretas, filhos e familiares, é imprescindível elaborar o luto a respeito de suas experiências-limite. A literatura, assim como outras linguagens, serve como recurso expressivo que dá vazão aos sujeitos para elaborarem suas questões existenciais. A partir da análise, o romance de Martes permite a revisitação de duas questões relevantes para a memória social brasileira, que é a questão da ausência de memória coletiva a respeito da

⁹ Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/origem-da-palavra-50/>. Acesso em: 08 mai. 2024.

ditadura e a indisponibilidade coletiva para a efetividade do testemunho a respeito das mortes e desaparecimentos que ocorreram entre 1964 e 1985. Ao trazer à tona a ditadura na vila, Martes oferece uma possibilidade de revisitar as páginas da história da ditadura nas vilas e das violências ocorridas na periferia, bem como a fragmentação dos agentes que atuavam para o exercício de tais violências, para que seja possível o luto pelos mortos e desaparecidos:

Aqueles que não conseguimos enterrar, os desaparecidos, não são somente fonte de tristeza e de indignação porque não podemos lhes prestar uma última homenagem. Não sabemos como morreram nem onde estão seus restos - e isso nos impede, a nós todos [...] de poder viver melhor no presente. [...] Os mortos não sepultados como que atormentam os vivos, de maneira dolorosa seus herdeiros e descendentes, mas também e sem dúvida seus algozes passados [...] (Gagnebin, 2010, p.185).

Desta maneira, Jeanne Marie Gagnebin retoma a necessidade de lidar com as questões sobre os desaparecimentos e assassinatos, que atuam como fantasmas sempre à espreita, para que isso possa melhorar e reconhecer o que ocorreu no passado para viver melhor o presente.

Considerações Finais

A partir do exposto, é possível considerar que Martes consegue elaborar, em parte, o silêncio institucional da coletividade e o incômodo causado pelo silenciamento coletivo, que pode ser entendido como uma decisão deliberada a partir da promulgação da lei de Anistia, que anistiou tanto os presos políticos, que poderiam voltar para o país, quanto os militares, como se estes não tivessem responsabilidade pelas atrocidades cometidas durante o período: “As políticas de apagamento da história, o esquecimento, são parte do movimento político. Déspotas genocidas apostam no poder no memoricídio como indulto contratado de antemão para garantir a impunidade de seus atos” (Seligmann-Silva, 2023, p.18). Mas o esquecimento, apesar de ser fomentado por alguns grupos sociais através de políticas, também é responsabilidade coletiva, e é necessário agir para combatê-lo. Por fim, o romance oferece questões que devem ser estudadas posteriormente, como o silêncio, a infância na ditadura militar, a militância e as configurações da leitura e da escrita para narrar outra história.

Referências

CALVEIRO, P. *Poder e desaparecimento*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

CUNHA, L. A. O Legado da ditadura para a educação brasileira. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 127, p. 357–377, abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FINAZZI-AGRÒ, E. (Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Literatura e Ditadura. Brasília, vol. 1, n. 43. p. 179-190, jan.-jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000100001-&Ing=en&nrm=iso&ting-pt. Acesso em: 20 mar. 2024.

GAGNEBIN, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GASPARI, E. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, J. Escritas da tortura. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GINZBURG, J. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Quaderni di letterature iberiche e iberoamericana*. n. 2, 2012, p. 199-221. Disponível em: <http://riviste.unimi.it/index.php/tintas>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GOMES, G. M. À sombra da ditadura: tortura, desaparecimento e exílio em *Mulheres que mordem*, de Beatriz Leal. In: *Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão*. Porto Alegre: Polifonia, 2020.

MOTTA, R. P. S. Universidades e cultura na ditadura militar brasileira. *Estudios del ISHiR*, v. 8, n. 20, p. 92-106, 2018. Disponível em: <https://web3.rosario-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR/article/view/825>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SCHWARZ, R. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SELIGMANN-SILVA, M. (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2023.